

Resenha de: Ana Penido. 2024. *Como se faz um militar? A formação inicial na Academia Militar das Agulhas Negras de 1995 a 2012*. São Paulo: Editora Unesp. ISBN: 978-65-5711-244-1

Rev. Bras. Est. Def. v. 12, e025006, 2025, p. 1-7
ISSN 2358-3932

FÁBIO FACCHINETTI FREIRE

Em dias como os de hoje, quando a militarização da sociedade reaparece, talvez consentida e até desejada, pareceria evidente buscarmos a gênese de sua justificativa. Quem sabe da ideologia por detrás de si, chegando até o tipo de formação humana capaz de produzi-la e reproduzi-la, em primeiro lugar em aqueles profissionais que a justificam por sua atividade precípua, e depois para além desses, em uma sociedade carente de alguma coisa acenada — quem sabe hierarquia ou disciplina — por esse processo formativo.

Essa busca tem de partir do principal centro irradiador desta visão de mundo, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), fulcro da formação de oficiais do Exército Brasileiro (EB), chegando à fronteira das relações civis-militares, onde, contrariando a solução democrática praticada pelas nações que não vivenciam o intervencionismo castrense, são os militares que parecem ditar a orientação para os civis, ao contrário de os civis orientarem (e fiscalizarem, e avaliarem) os militares. Essa é uma busca bem pouco empreendida. Vamos destacar daqueles que empreenderam esse esforço, como é o caso da autora da obra aqui resenhada.

Ao longo de uma introdução e de cinco capítulos, Penido se propõe a enfrentar, com sua dissertação de mestrado desenvolvida no Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, não a compreensão das intervenções militares, de resto aquilo que é mais investigado pela ciência política, mas a gênese de um pensamento pedagogizado em um processo formativo, que é o motor da vocação intervencionista. Nessa proposta está sua originalidade e seu maior mérito.

O conceito central de *profissionalização* começa a ser delineado na Introdução, não de forma apriorística e portanto fechada, mas como algo a ser desenvolvido por toda a dissertação. Isso porque a formação militar profissionaliza ao mesmo tempo em que promove, por bem mais do que os

Fábio Facchinetti Freire é doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É professor colaborador da Universidade Salgado de Oliveira (Universo). Oficial do Exército Brasileiro (AMAN, 1988). **Contribuição da resenha:** chamar a atenção para uma pedagogia crítica da formação militar. Orcid.org/0000-0001-9760-8087. E-mail: fabiofreire1965@gmail.com.

cinco anos do curso superior inicial, uma *endoutrinação* (termo do qual a autora não se vale). Reconhecer a centralidade da *endoutrinação* (cujo primeiro apontamento ocorre na página 23, como “ressocialização do aluno no mundo castrense e a aprendizagem da tradição”) tem a ver, diretamente, com a especificidade da profissionalização militar.

No primeiro capítulo, a autora prossegue por três tópicos: as Forças Armadas (FA) enquanto corporação e burocracia, sua relação com o Estado e a sociedade e como instituições totais. Os três gravitam ao redor de um questionamento que seria: “se os militares são profissionalizados distinguindo-se dos demais civis, como garantir que, à frente, submetam-se a estes?”. Questão que não é discutida por Huntington (1996), para quem a profissionalização, por ela mesma, apartaria os militares da política. Finer (2002), menos idealista, entende que a “criação” do militar, por sua retirada e distinção do segmento civil, o predispõe à intervenção, e somente uma alta cultura política em cada Estado poderia controlá-lo. Já Perlmutter (1977), também opondo-se Huntington, entende que não é a profissionalização em si a motriz do intervencionismo, mas um dos seus aspectos indissociáveis, o corporativismo, e a contenção do segmento castrense deve se dar pela própria burocracia governamental.

A autora introduz um termo — *sprit de corps* — central para pensarmos a *endoutrinação*, porque esta, como conjunto de ações que deslocam os sujeitos a outro espaço simbólico, precisa de um destino, que é a comunidade castrense com suas delimitações e interditos. O *sprit de corps* vertebrava as FA isolando os militares no interior de três pertencimentos: a honra (conjunto de crenças que alude a alguma coisa exterior, superior e anterior a cada um dos militares), a hierarquia (compromisso de interdependência que a todos vincula), e a disciplina, (subsunção de todos os envolvidos em uma mesma obediência). O mesmo *sprit de corps* ilumina a relação do militares para com o Estado e a sociedade, porque está no pertencimento (real ou imaginado) a uma elite a chave para entendermos o ânimo da caserna, desde o messianismo positivista onde o intervencionismo é uma obrigação cívica, até o ressentimento segundo o qual o valor da classe fardada nunca é suficientemente reconhecido. A relação possível, sendo o prestígio o maior fiador, mostra-se variável, comportando desde o “soldado profissional” de Huntington (1996) até o soldado revolucionário de Perlmutter (1977).

Para discutir se as FA são realmente instituições totais — as “estufas para mudar pessoas” (Castro 1990, 37) —, Penido dialoga com vários autores, porém passando ao largo de uma questão central, qual seja, se existem, ainda hoje, condições de isolamento para a produção de subjetividades, nos termos reconhecidos por Goffman (1999), de onde nos ocorre outro ques-

tionamento: se aquelas condições de privacidade não mais existem, como reproduzir o *ethos militar*, em sua distinção da sociedade civil?

Passada essa aproximação teórica, o segundo capítulo nos traz a história brasileira da formação militar. A autora reconhece que o vai-e-vem normativo do século XIX foi apenas palco da tensão insolúvel entre a formação intelectualizada dos engenheiros e a formação pragmática dos combatentes, e que somente a partir da década de 1930, com o enfrentamento da questão cultural subjacente (a definição de uma identidade como agregadora: o *ethos militar*), chegou-se a um formato capaz de, ao mesmo tempo, garantir a disciplinarização daquela comunidade por meio da uniformização das subjetividades envolvidas, e fazer convergir a potência do grupo agora autoprestigiado para fora dele (a “política do Exército” do General Góis Monteiro). Agora, agindo sobre um todo tão coeso quanto orgulhoso de si mesmo, a *pedagogia do guerreiro* (Magalhães 2023) não abandona o compromisso intervencionista, mas o despersionaliza como um ideal institucional, ainda que nunca ostentado.

Começando o terceiro capítulo com uma rápida apresentação de um faseamento possível para o ensino no EB,¹ a autora concentra esforços no Processo de Modernização do Ensino (PME), que serve como mirante, tanto ao que se fazia em nome da profissionalização, como ao que se pretendeu fazer a partir de um novo diagnóstico das conjunturas nacional e estrangeira (Departamento de Ensino e Pesquisa 1996). Mirando o passado, o PME criticou, de modo amplo e contundente, a formação que atravessou incólume o século XX, apenas com mudanças pontuais e afirmativas (como a absorção do tradicional-tecnicismo nos anos de 1960-70), desde a Escola Militar do Realengo: um ensino a serviço da *endoutrinação*, independentemente dos conteúdos, disciplinas, cargas didáticas; mirando o futuro, proposições construto-cognitivistas para favorecer a autonomia e a criatividade. A autora questiona que algumas proposições do PME seriam inexecutáveis, citando como exemplo a adoção da máxima “aprender a aprender” (Penido 2024, 137). Faltou-lhe maior aprofundamento quanto as contradições entre a modernização e a tradição, no que essa defende a manutenção de uma subjetividade subsumida à instituição, e aquela contempla a abertura à diversidade, à pluralidade e à incerteza que são características do século XXI (Freire e Albuquerque 2022; Freire 2024b).

O capítulo ainda contempla ampla descrição qualitativa da AMAN, o que servirá, com certeza, como passagem obrigatória para outros pesquisadores. Nessa descrição, somos aproximados à concretude de condições de criação/reprodução do *ethos militar*, como na breve semiótica da arquitetura e decoração acadêmicas (Penido 2024, 148–51); nos amplos dados econométricos sobre os cadetes e suas famílias (151–63); nos dados

sobre o currículo e a rotina escolar (167–74); culminando com dados sobre o processo de ressocialização dos cadetes, entre aqueles que não o concluíram — dados sobre a evasão escolar — e aqueles que chegaram à escolha das armas (183–8). Em toda essa descrição, a autora dialoga com a obra referencial de Castro (1990).

No quarto capítulo, a autora retorna ao conceito de profissionalização, para entender a formação militar (a “profissionalização à brasileira”) em termos de sua transigência/transitividade (ou resistência à). Essa é uma discussão que nos é cara, posto que traz ao primeiro plano o problema da efetividade do emprego das FA, que poderíamos formular nos termos: “se não existe o emprego efetivo das FA, ou existe em dimensão bem menor, como cobrar-lhes o compromisso com a transitividade? Ou: “se elas funcionam em boa parte ensimesmadas ou atendendo principalmente a objetivos autoimpostos — o que dá no mesmo —, como elevar a discussão ao nível de uma *accountability*?” Concordando com Huntington (1996 apud Penido 2024, 200), enfatizamos que o limite da transigência, para o *sprit de corps*, é o comprometimento de sua dimensão axiológica. É possível mudar tudo nas FA, desde que não se aprofundem as mudanças ao risco da Tradição. Lembrando de outra discussão (Freire 2024a, 25), observamos que o caminho inverso é possível e tem se mostrado provável: na falta de um emprego bem definido — o “desemprego estrutural” (Carvalho 2005 apud Penido 2024, 203) —, as FA avançam para missões de natureza civil, militarizando-as. Sob a denominação de “atividades subsidiárias”, Penido dedica parte significativa a essa discussão.

A segunda metade do capítulo é propositiva. Partindo de questões tais como a “orfandade profissional” (sentidos para o *ethos*: do herói ao administrador e ao político), a “especialização sem perda da totalidade” (como hierarquizar entre o geral e o específico?), e a integração interna das FA e delas para com os civis (a questão mais difícil tratada pelo PME), a obra converge a um novo paradigma cívico-militar para a profissionalização contemporânea.

No quinto e último capítulo, o conceito de profissionalização termina seu percurso de formulação tendo reconhecida sua necessidade de transitividade, e a formação militar, em contrapartida, como um processo *endoutrinário* que tira força da oposição mesma à transigência. Nos termos hoje postos, o *sprit de corps*, que vertebrava as FA, produz coesão institucional na medida em que aliena as FA da sociedade civil. Para esta nossa conclusão — que, talvez, vá além do formulado pela autora —, seguimos sua demonstração de como a AMAN reproduz a distância entre militares e civis, bem como a evidência, a contrapelo, percebida na resistência ao PME, enquanto tentativa de transformação.

Resenhar qualquer obra sempre implica em aquilatá-la frente ao que vem sendo produzido no momento de sua publicação. O recorte maior dos *estudos sobre os militares* parece não receber tantas produções quanto a eferescência de seu objeto mereceria, no interesse mesmo de uma sociedade que sofre as consequências dessa ebulição. Nesse cenário de omissão acadêmica, a obra em tela, para além de seus méritos de qualidade e originalidade, estabelece uma cobrança aos demais pesquisadores para que, ao menos, a alcancem, nesse esforço de oposição à militarização que nos assedia.

REFERÊNCIAS

- Carvalho, José Murilo. 2005. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Castro, Celso. 1990. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Departamento de Ensino e Pesquisa. 1996. *Fundamentos para a Modernização do Ensino do Exército*. Brasília, GTEME (arquivo do autor).
- Finer, Samuel. 2002. *The man on horseback*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Freire, Fábio Facchinetti e Andréa Carvalho de Castro Albuquerque. 2022. “Entre a reprodução e a autonomia: as tensões na implantação do Ensino por Competências”. *Exército Brasileiro: perspectivas interdisciplinares*, 333 — 356. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Freire, Fábio Facchinetti. 2024a. “Operação militar: uma leitura cultural do conceito para os dias de hoje”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*. Vol 11, nº 2, jul/dez: 25-42. <https://rbed.abedef.org/rbed/issue/view/2991/431>.
- Freire, Fábio Facchinetti. 2024b. “Investigando o monumento: trinta anos do Processo de Modernização”. *Mídias e Educação nas Forças Armadas. Coleção Dimensão Humana*. Rio de Janeiro, Curitiba: CEP/FDC e CRV, 67-89.
- Goffman, Erving. 1999. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Huntington, Samuel. 1996. *O soldado e o Estado: teoria política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- Magalhães, Suzana. 2023. *A forja: a educação do guerreiro. Um estudo sobre o ensino militar das Forças Armadas brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Griffo's.

Penido, Ana. 2024. *Como se faz um militar? A formação inicial na Academia Militar das Agulhas Negras de 1995 a 2012*. São Paulo: Editora Unesp

Perlmutter, Amos. 1977. *The military and politics in modern times*. New Haven: Yale University Press.

NOTA

1. 1ª: de 1810 até 1851, com a separação das engenharias, civil e militar; 2ª: até 1905, com a criação do Estado-Maior; 3ª: até 1930, com a vinda da Missão Militar Francesa; 4ª: até os anos de 1980, com o início das discussões sobre a modernização do ensino; e 5ª: “que se estende até a atualidade, caracterizada pela modernização do ensino em uma nova conjuntura nacional e mundial. A maior expressão dessa última fase é o Processo de Modernização do Ensino, elaborado em 1995” (Penido 2024, 129).